

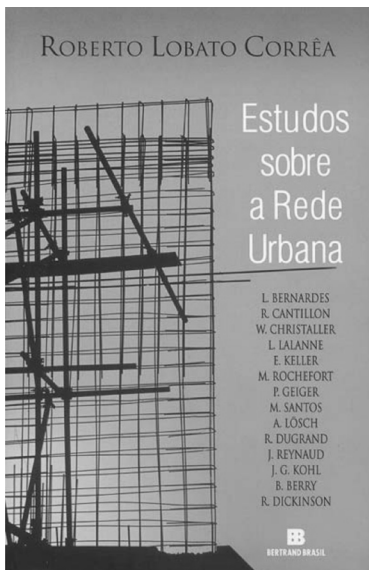


Resenhas

RESENHA

*CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos Sobre a Rede Urbana.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.*

Denis Castilho – IESA/UFG
deniscastilho@hotmail.com



O Geógrafo e Professor Roberto Lobato Corrêa traz no livro “Estudos Sobre a Rede Urbana”, reflexões sobre a rede urbana, em que o território brasileiro é o foco privilegiado de suas análises. Sobretudo, reforça, em suas ponderações, a necessidade de considerar o tema a partir de uma análise bem fundamentada e crítica. Isso porque, segundo o autor, “a importância da rede urbana tem sido associada ao planejamento econômico”, o que reduz o entendimento do seu papel no desenvolvimento do capitalismo.

A Coletânea de textos do livro representa, além das importantes reflexões, a história do próprio autor e a sua relação com os estudos das redes urbanas, que vêm

sendo desenvolvidos desde a década de 1980. Durante este tempo, o Professor Roberto Lobato Corrêa contou com importantes contribuições teórico-metodológicas de autores de diferentes partes do mundo. São eles: L. Bernardes, R. Cantillon, W. Christaller, L. Lalanne, E. Keller, M. Rochefort, P. Geiger, M. Santos, A. Lösch, R. Dugrand, J. Reynaud, J. G. Kohl, B. Berry e R. Dickinson. Tais autores tiveram seus nomes impressos na capa deste livro, o que representa uma homenagem por terem, mesmo que de maneira indireta, participado da construção teórica da temática.

O livro reúne oito textos que se dividem em três partes. Desses, sete já foram publicados em outras ocasiões, como na Revista Brasileira de Geo-

grafia - edições 49(3)1987, 50(2)1988, 51(2)1989 e 53(3)1991, na Revista Território – números 6 (1999) e 8 (2000) e no IX Encontro Nacional da ANPUR – vol.2, Rio de Janeiro, 2001. O artigo “O Estudo da Rede Urbana: Uma proposição Metodológica”, que compõe a primeira parte do livro, foi publicado originalmente em 1988, na Revista Brasileira de Geografia, e no ano seguinte no livro *A Rede Urbana*. Nesse texto, o autor apresenta uma definição de Rede Urbana, sendo um “conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma complexa diferenciação entre cidades”. Corrêa nos lembra que este fenômeno começou a constituir-se no alvorecer do capitalismo, no século XVI. No entanto, diferente do que muitas abordagens defendem, a rede urbana não existe apenas nos países desenvolvidos. Ou seja, também ocorre nos países subdesenvolvidos. Isso mostra que a constituição territorial pela via das redes é um fenômeno fortemente ligado ao capitalismo.

Algumas abordagens dos geógrafos são exploradas nessa primeira parte do livro – na primeira seção. “As mais importantes dizem respeito à diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região”(p.17). Na segunda seção, “Natureza e Significado da Rede Urbana”, é apresentada uma discussão sobre a divisão territorial do trabalho; as relações entre a rede urbana e os ciclos de exploração; rede urbana e forma espacial e periodização da rede urbana. Na terceira seção são propostos alguns temas para estudo, como das regiões de influência de capitais regionais e metrópoles regionais, como é o caso de Belém, Curitiba, Goiânia e Fortaleza.

Na segunda parte é trabalhado dois textos sobre Gestão, Empresa e Rede Urbana, onde é feita uma análise sobre a relação entre empresas (como é o caso dos Bancos e grandes Corporações), e a formação de uma rede de gestão em escala nacional. No primeiro texto, “Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território”, é discutido o papel dos bancos na gestão do território através de empréstimos, juros, investimentos, participação acionária em empresas, etc. Mostra, ainda, como os bancos exercem um controle significativo sobre a dinâmica econômica do território. Em “Concentração/ Dispersão dos Bancos e a importância de São Paulo”, Corrêa discorre sobre a constituição das redes bancárias no Brasil e enfatiza São Paulo, que se apresenta com duplo papel na gestão do território nacional: “de um lado, como centro efetivo de gestão e, de outro, como centro intermediário da gestão internacional” (p.68).

Sobre a formação da atividade bancária no país, destaca dois momentos: 1961 e 1985. A análise desses dois momentos, e ainda, a averiguação do atual cenário, mostra que os bancos deixaram de ser locais e/ou regionais para assumirem papéis nacionais. Isso evidenciou o declínio do Rio de Janeiro, a ascensão de São Paulo e a participação do Estado, cada vez maior, na gestão das atividades bancárias. O que pode ser exemplificado pela grande quantidade de bancos locais que foram fechados ou integrados às redes maiores, como é o caso do Banco Brasileiro de Descontos S.A. – Bradesco e o Banco Itaú S.A., ambos com sedes em São Paulo. No caso da participação do Estado, cita o Banco do Brasil, sediado em Brasília, entre outros bancos regionais controlados por algumas Unidades da Federação. No final do texto, após a Referências, o autor deixa um *postscriptum*, de modo a considerar algumas tendências do atual contexto territorial. Fica evidente que há uma forte tendência do deslocamento da função de gestão do território para fora do país.

No segundo texto é analisado a organização espacial do grupo Souza Cruz, uma grande corporação brasileira do ramo de cigarros que, no seu processo de territorialização pelo país, constituiu o seu espaço de atuação atribuindo papéis específicos para diferentes localidades e cidades. Isso contribuiu para uma integração territorial e um sentido mais complexo para a divisão territorial do trabalho onde desempenha suas funções. Para a compreensão da dimensão territorial dessa empresa, foram analisadas as organizações que envolvem a gestão da empresa assim como as ligações com outras corporações; a sua expansão e consolidação pelo país; a ligações com outros ramos e com outras empresas. A leitura de uma empresa desse porte nos mostra a eficiência e magnitude das práticas territoriais dessas corporações, que, por conseguinte, nos apresentam uma noção de território muito bem articulada. No caso da Souza Cruz, estudada nesta seção do livro, há uma interação espacial explícita, já que trata-se de um poderoso grupo dotado de recursos financeiros que são injetados no exterior. O seu complexo de atuação nos mostra que, por traz, há um amplo conglomerado industrial e uma atuação em âmbito nacional. No final de seu texto, em *postscriptum*, Corrêa mostra que a organização espacial da empresa Souza Cruz foi alterada, o que fica como proposta para novos estudos.

A terceira parte é dividida em cinco tópicos/textos relacionados à Rede Urbana Brasileira, em que é analisado a Rede Urbana da Amazônia; as Pequenas Cidades a partir da reestruturação da rede urbana pela globalização; a relação entre Rede Urbana Brasileira e Formação Espacial; as Interações

Espaciais da Rede Urbana Brasileira e a Dinâmica Recente da Rede Urbana deste mesmo país.

No primeiro texto, o autor faz uma periodização da Rede Urbana Amazônica a partir do que ele chama de combinações desiguais dos elementos da rede urbana, os quais concorrem para caracterizar um determinado período. No caso amazônico, os períodos são divididos em sete: no primeiro houve a implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território. O segundo período se estendeu da metade do século XVII à metade do século XVIII, em que houve a expansão dos fortes e a criação de aldeias missionárias – germes das futuras cidades. No terceiro período houve um desenvolvimento econômico “sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão”, que ocorreu da metade do século XVIII até a segunda metade desse mesmo século. Do final do século XVIII à metade do século XIX houve uma estagnação econômica. Este é o quarto período. Mas com a valorização da borracha na metade do século XIX, houve a expansão das riquezas urbanas até meados do século XIX, marcando o quinto período. No entanto, no sexto período - de 1920 a 1960, foi registrado uma estagnação após a crise da borracha. O sétimo e último período, ou período atual, iniciado na década de 1960, é marcado por transformações econômicas e urbanas na Rede Amazônica.

As articulações em todos os períodos descritos acima foram desiguais. Mas deve ser elucidado que nesse processo Belém sempre cumpriu papel substancial no que se refere à gestão do território. No entanto, a ascensão de Manaus na Amazônia Ocidental enquanto metrópole regional, contribuiu com a diminuição da área de influência de Belém, erguendo assim, uma rivalidade entre as elites das duas capitais.

No segundo texto “Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as Pequenas Cidades”, Corrêa faz uma análise da globalização e de seus impactos, como, por exemplo, a diferenças entre regiões e os centros urbanos e de suas articulações. E acrescenta que,

“ a elevada ocorrência de pequenos centros, deriva, por um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. De outro, deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural caracterizado pelo trabalho intensivo”(p.258-259).

Ou seja, a constituição dos pequenos centros contribui com a criação de demanda de bens e serviços numa rede urbana. No entanto, pela maneira

que se inserem na divisão territorial do trabalho, as pequenas cidades vão se especializar conforme as lógicas territoriais impostas. Algumas terão suas atividades econômicas voltadas ao campo - é o que Milton Santos chama de cidade do campo, mas também há as pequenas cidades que têm seus sistemas produtivos especializados e não ligados diretamente à produção agrícola. Essas, portanto, segundo Milton Santos, seriam caracterizadas como cidades no campo.

No período atual de globalização ocorre uma refuncionalização das pequenas cidades e uma perda de centralidade acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção do campo. Corrêa acrescenta que novas atividades, inclusive especializadas, também transformam os pequenos núcleos urbanos, inserindo-os na rede urbana numa mais complexa divisão territorial do trabalho.

No terceiro texto “ Rede “Urbana e Formação Espacial – uma Reflexão Considerando o Brasil”, é ressaltado o conceito de *formação espacial*, desenvolvida por Milton Santos, que representa um esforço teórico “visando explicitar as especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta [...] referir-se à formação espacial não é abdicar do econômico, do político, do social e do cultural, que são facetas de uma mesma totalidade que se manifesta de modo integrado no espaço e no tempo”(p. 277-278). Por conseguinte, este conceito permite integrar a complexidade da diversidade em uma unidade conceitual, que na verdade, expressa um fenômeno real.

Assim, uma dada formação espacial acaba por determinar o sentido da rede urbana. No caso brasileiro, principalmente na virada do século XX para o XXI, coexistem três formações espaciais distintas, mas que se interagem no conjunto do território nacional. A primeira diz respeito à formação espacial fundada na grande propriedade rural, em que há uma menor densidade de centros e um maior espaçamento entre eles. A drenagem da renda fundiária rural pela cidade na rede urbana proveniente dessa formação espacial vai caracterizar centros regionais de elevada importância no contexto regional, como é o caso de Ribeirão Preto em São Paulo. Nos seus espaços intra-urbanos há serviços e produtos sofisticados, assim como bairros residenciais luxuosos com mansões e condomínios exclusivos. Todavia, também há os contrastes: bairros populares em condições míseras de moradia provenientes da distribuição desigual da renda e de uma política que visa controlar a mão-de-obra excedente – tal o exemplo dos conjuntos habitacionais.

A segunda formação espacial é calcada na pequena propriedade do migrante, onde há uma maior densidade de centros e uma nítida hierarquia

entre eles. Nesse caso, as pequenas cidades se constituem enquanto reservas de mão-de-obra, já que perdem, por migração, grande parte de seus habitantes. É interessante notar que a demanda e o consumo não são tão concentrados nos centros mais importantes dessa formação como são naqueles onde a formação espacial é calcada na grande propriedade rural. Por isso, mesmo sendo concentradora, a formação espacial calcada na pequena propriedade tem uma distribuição mais equitativa da demanda e do consumo, tal o exemplo de cidades como Caxias do Sul e Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul.

A formação espacial da fronteira pode ser exemplificada na rede de cidades do norte do Mato Grosso durante a década de 1980, onde ocorria (e ainda ocorre) a expansão da agricultura moderna. Nesse caso, verifica-se a entrada de conteúdos da modernização, não deixando, portanto, de se manifestar no espaço de maneira desigual.

No quarto texto “As Interações Espaciais da Rede Urbana Brasileira: Uma nota”, Corrêa apresenta o resultado de uma pesquisa sobre a rede urbana brasileira a partir das interações telefônicas entre as principais cidades do país. Ele comenta que as redes urbanas têm sido consideradas pelos atributos fixos que diferenciam os centros urbanos. No entanto, há a necessidade de se entender também as interações urbanas, que podem ser estudadas pelo comportamento espacial de empresas, instituições e consumidores em relação a numerosos bens e serviços. Mas há também a possibilidade de se compreender as interações pelos fluxos de ônibus, passageiros aéreos e os fluxos telefônicos, entre outros.

No presente texto os fluxos telefônicos são utilizados como indicadores das interações espaciais da rede urbana brasileira a partir de 70 cidades - entre elas, metrópoles nacionais, regionais, capitais regionais, além daquelas que revelam uma forte concentração das interações telefônicas. Os dados foram fornecidos pela Embratel e correspondem ao ano de 1994. A justificativa é de que esses dados podem contribuir para o entendimento do conjunto das interações interurbanas envolvendo as esferas econômica, política, social e cultural.

Os resultados apontam São Paulo como o principal foco de fluxos telefônicos, o que revela a sua primazia diante do restante do país. Outro fato é que a grande quantidade de fluxos estão na região Centro-Sul, pois das 23 cidades com maior fluxos telefônicos, apenas quatro estão no Nordeste e no Norte (Recife, Salvador, Fortaleza e Belém). Também, há uma forte ligação entre São Paulo e metrópoles regionais, como Curitiba, Salvador, Goiânia e

Brasília. As interações com a metrópole paulista também se dão em escala regional, como com Santos, Campinas e Jundiaí.

Dos centros articulados, a grande maioria também se concentra na Região Centro-Sul, onde podemos citar Brasília/Goiânia, Campo Grande/Dourados, Ribeirão Preto/Franca, Campinas/Jundiaí, etc. Apenas um está fora dessa região, o conjunto Salvador/Feira de Santana. Outro dado relevante é o de Campinas, que aparece como a terceira cidade em termos de fluxos telefônicos, estando atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. A metrópole carioca também apresenta uma ligação em âmbito nacional, no entanto, há uma forte diferença com São Paulo, “que apresenta uma supremacia crescente, sobressaindo-se como a grande metrópole nacional, o foco principal da vida econômica, política e cultural do país”.(p. 304).

Entre as metrópoles regionais, há aquelas que mantêm forte interação com as metrópoles nacionais, como Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Manaus. Mas também há aquelas que mantêm uma forte articulação com os centros de suas hintelândias, como Porto Alegre, Curitiba, Recife e Goiânia. Enfim, além da primazia de São Paulo, o texto vem mostrar, através das interações telefônicas, a supremacia da região concentrada.

O quinto e último texto apresenta “Reflexões sobre a Dinâmica Recente da Rede Urbana Brasileira”. Pela abordagem que faz, o texto finaliza o livro com uma discussão desafiadora, já que pensa as transformações da rede urbana e as novas interações e/ou dinâmicas que se apresentam. Corrêa afirma, nesse texto, que as formas ou interações herdeiras de um passado mais ou menos próximo, convivem com processos e formas da contemporaneidade. Para tanto, ele faz uma breve análise da rede urbana brasileira na década de 1960, de maneira a compreender a sua atual dinâmica.

Naquela década o território brasileiro era caracterizado pela relativa pequena complexidade funcional dos centros urbanos. Isso porque a divisão territorial do trabalho era pequena, o que marcava a vida econômica do país. Por conseguinte, havia um pequeno grau de articulação entre os centros urbanos. Não obstante, as interações se davam em escalas regionais, como nas metrópoles nacionais e regionais. A estrutura espacial dos Bancos daquele período comprova isso, já que se organizavam em células regionais pouco integradas entre si. Portanto, o padrão espacial do Brasil naquele momento era constituído por um conjunto pouco articulado.

Com a inserção do Brasil no processo de globalização e a integração nacional o território é alterado. As transformações ocorreram primeiro nas

regiões mais densas, como em São Paulo e Rio de Janeiro. Tais transformações tiveram impulso a partir da industrialização que gerou “uma poderosa e diversificada produção industrial de bens de capital, de consumo duráveis e não duráveis”. Em decorrência disso houve a expansão da urbanização que contribuiu com o aumento do número de cidades. Ela também alterou o comportamento dos sujeitos sociais, difundindo um modo de vida fundamentado, agora, no consumo. Houve a ampliação das classes médias, e assim da demanda. A melhora da infra-estrutura permitiu maior circulação e assim, as interações espaciais entre mercadorias, pessoas, informações e capitais.

No conjunto dessas transformações foi e ainda é emblemático a modernização do campo e a incorporação de novas áreas à reprodução ampliada do capital. Nesse contexto, a cidade passa a ter mais autonomia diante do campo. A entrada de empresas multinacionais no território trouxe uma maior concentração do capital e das atividades de decisão. Os bancos, hoje, extrapolam as escalas regionais. Cadeias de lojas, supermercados e shopping centers se difundem. Em contrapartida, há também a difusão do circuito inferior da economia.

Amplia-se a diferenciação entre os centros urbanos. No entanto, uma cidade não é mais definida pela sua posição na hierarquia urbana, mas pela (re)funcionailização produtiva que emerge e pelo modo que se inserem na divisão territorial do trabalho. As interações adquirem novas escalas e a rede urbana brasileira passa a ser definida por padrões complexos com múltiplos circuitos.

A partir dessas transformações, segundo Corrêa, há a emergência de uma megalópole a partir de São Paulo, que se espraia para a Baixada Santista, na direção de Sorocaba, da metrópole carioca e em direção a Ribeirão Preto, incluindo outras cidades, como Campinas (p.327). Também há um corredor litorâneo – do litoral gaúcho ao litoral capixaba. E, por fim, não encerrando as tendências, há novas aglomerações e eixos urbanizados, particularmente na macrorregião Centro-Sul do Brasil.

O autor encerra o texto e o livro com algumas questões que poderão contribuir com outros estudos sobre a rede urbana brasileira, como: “qual o papel dos agentes locais e regionais na reestruturação da rede urbana?”, “que outras formas a rede urbana brasileira apresenta”, o que há de novo nas redes urbanas, ou em seus segmentos, criadas recentemente?”.

Em muitos pontos do livro Corrêa afirma que a Rede Urbana, além de um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos, também é

“reflexo, meio e condição social”. Na página 213 vem afirmar que “a rede urbana constitui-se, também, como qualquer materialidade social em uma condição; uma das matrizes em que é forjada a reprodução da existência social envolvendo as condições de produção, as relações e os traços culturais”. Ou seja, considera-se aí a reprodução das relações sociais de produção. Nesse âmbito, a rede urbana não é algo estático ou forjado somente em atributos fixos. Ela é mais que isso. Pode-se dizer que ela é circulação, interação, pessoas se locomovendo, atores hegemônicos em atuação – a rede urbana é a própria sociedade em articulação (mesmo que de maneira desigual); é a sociedade em movimento. Portanto, a rede urbana é uma dimensão das relações sociais de produção e assim, das dinâmicas socioespaciais.

Essa questão é importante, pois nos leva a analisar a rede urbana - como defende o autor, a partir das esferas econômica, política, social, cultural, sobretudo espacial. O livro reúne textos que trazem importantes contribuições ao estudo do território brasileiro e vem reforçar a necessidade de se pensar a rede urbana de um modo crítico, tendo em vista que ela é meio, condição e parte integrante da sociedade.